

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - MS

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 50619.001218/2025-58

2. Introdução

Conforme definição do art. 6º, inciso XX da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, dando base – posteriormente – ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico e executivo a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Antes previstos em instruções normativas do órgão central do Poder Executivo Federal, os elementos que devem constar do ETP passaram a compor dispositivo próprio da Nova Lei de Licitações e Contratos, notadamente o §1º do art. 18

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Engenharia Terrestre - CET-MS	Antonio Carlos Nogueira
Superintendência Regional de MS - SRE/MS	Euro Nunes Varanis Junior

4. Descrição da necessidade

Necessidade da Contratação

4.1 Trata-se da necessidade de **CONTRATAÇÃO DE** empresa para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para as Obras de Implantação e Pavimentação da variante de traçado da BR-376/MS, interligando a nova ponte projetada em Porto São José/PR à cidade de Nova Andradina/MS, com extensão aproximada de 57,90 km

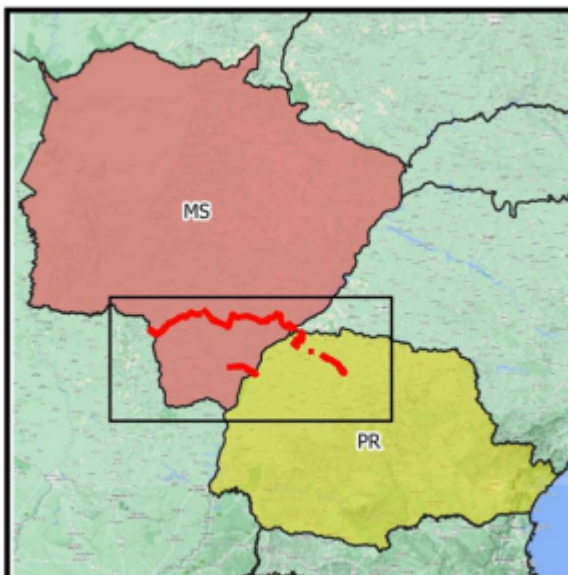
4.2 Quanto à contratação de terceiros para execução dos serviços ora a serem licitados cumpre informar que se trata da elaboração de projeto básico e executivo, para os quais o DNIT não dispõe de suficiente quadro de profissionais para execução direta, sendo usual, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada.

4.3, O empreendimento da rodovia BR-376/MS consiste na elaboração de projeto básico e executivo de engenharia com extensão aproximada de 57,90 km , tendo início no km 174,8 na cidade de Nova Andradina/MS.

4.4 Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental- EVTEA foram desenvolvidos através do contrato DNIT n.º PP-119/2022 - Processo 50600.014274/2022-17 pela empresa Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda, através dos volumes:

- RELATÓRIO DE MODELAGEM DE ALTERNATIVAS PRODUTO 6 – AÇÃO 1 – LOTE 02 P6A1_REL_L02_BR-376/MS/PR_BR-463/MS_BR-487/MS/PR_VA
- CADERNO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTO 6 – AÇÃO 2 – LOTE 02 P6A2_REL_L02_BR-376/MS/PR_BR-463/MS_BR-487/MS/PR_VA

4.4.1 O mapa dos e segmentos estudados pelo EVTEA , foi de acordo com o mapa de localização:





4.4.2 A modelo digital 3D das soluções de engenharia – Produto 6 – Ação 1 contemplou as rodovias BR-376/PR, BR-376/MS, BR-463/MS, BR-487/MS e BR-487/PR.

4.4.3 A área de estudo para a rodovia BR-376/MS foi de 234,3 km, com início na BR-163/MS até o ENTR. MS-134(B) (DIV. MS/SP) (PORTO PRIMAVERA).

4.4.4 O lote 2A é composto por segmentos das BR-376/PR/MS e BR-463/MS, formando um corredor rodoviário, ligando Maringá/PR à Ponta Porã/MS, passando pelas cidades de Nova Andradina/MS e Dourados/MS.

4.4.5 A alternativa 01 (Cenário B1) apresentou os melhores indicadores econômicos e foi considerada como a mais viável.

4.4.6 A referida alternativa representa a consolidação do eixo rodoviário, promovendo a ligação entre Maringá/PR e Ponta Porã/MS.

4.4.7 Melhorias implementadas na Alternativa escolhida.

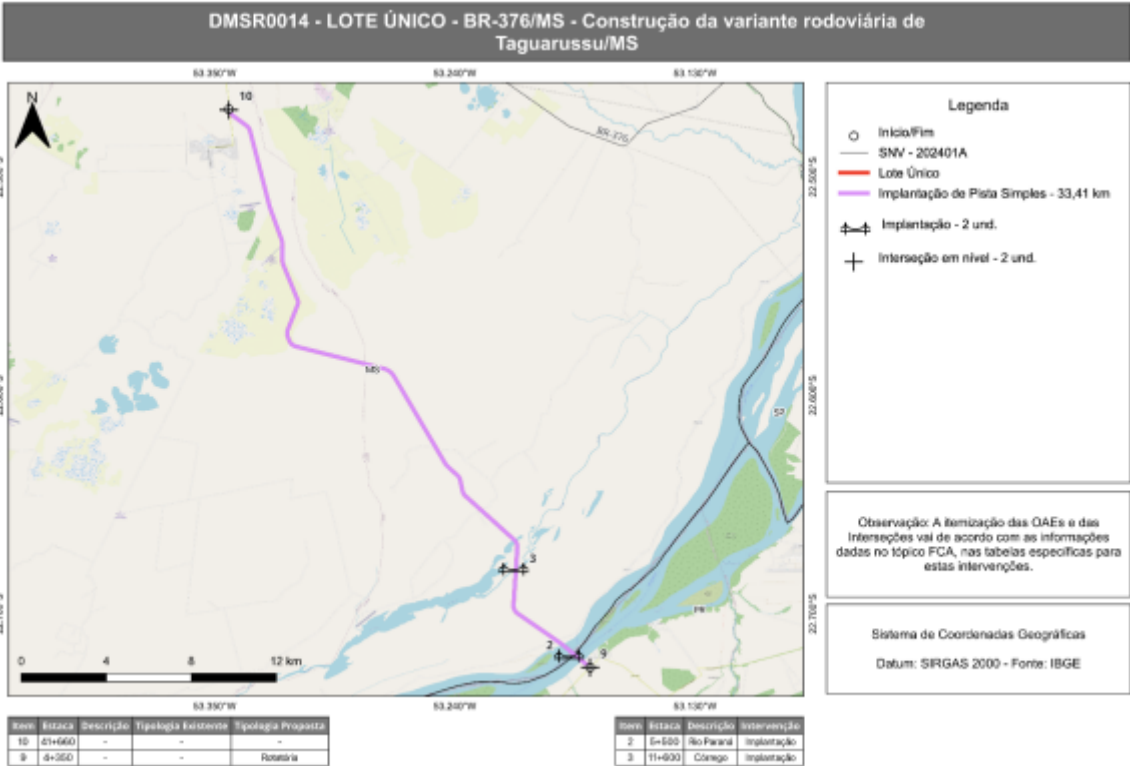
- TERCEIRAS FAIXAS EM RAMPAS ASCENDENTES E FAIXAS DE ULTRAPASSAGEM
- CURVAS HORIZONTAIS COM RAIOS A ADEQUAR
- SOLUÇÕES DE ENGENHARIA DE CARÁTER PONTUAL
- OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (OAE)
- INTERSEÇÕES
- PASSARELAS
- RETORNOS
- DISPOSITIVOS DE DRENAGEM SUPERFICIAIS

4.4.8 "O EVTEA de Lote 2 foi subdividido em 2 lotes, denominados de 2A e 2B. O lote 2A é composto por segmentos das rodovias BR-376/PR/MS e BR-463 /MS, formando um corredor rodoviário que liga Maringá/PR à Ponta Porã/MS, passando pelas cidades de Nova Andradina/MS e Glória de Dourados /MS. Para esse trecho, foram elaboradas as avaliações econômicas para cada uma das 2 alternativas propostas nos cenários B1 e C1, conforme indicação do relatório de estudo das alternativas, produto P4A3. Todas as alternativas apresentaram viabilidade, sendo que a Alternativa 01 (Cenário B1) apresentou os melhores indicadores econômicos e foi considerada como a mais viável".

Quadro 19: Lote Único – BR-376/MS – DMSR0014⁸

Rodovia/UF		Extensão SNV	Extensão EVTEA
BR-376/MS		33,41 km	33,40 km
SNV Inicial (202404A)	SNV Final (202404A)	km Inicial	km Final
376BMS0110	376BMS0115	199,29	232,70
Tipo de Intervenção			
Implantação, pavimentação, adequação de capacidade e melhoria da segurança, implantação de Obras de Arte Especiais (OAE) e interseções, conforme descrito a seguir:			
Variante Rodoviária da BR-376/MS (Taguarussu/MS)			
<ul style="list-style-type: none">Implantação de 33,41 quilômetros de pista simples;Implantação de 1 interseção em nível;Implantação de 2 Obras de Arte Especiais (OAEs), totalizando 21.760,00 metros quadrados;			
Federalização			
Não se aplica, visto que se trata da implantação de novo segmento rodoviário.			
Alienação			
Não se aplica.			
Alteração de SNV			
Necessário adequar a geometria do traçado planejado da BR-376/MS, do km 199,29 (SNV 376BMS0110) ao km 232,70 (SNV 376BMS0115) à nova diretriz de traçado planejado. Ademais, deve ser realizada a atualização futura da classificação da superfície do trecho, que passará de planejada para pavimentada (PAV) após a conclusão das obras da variante.			
Uso e Ocupação do Solo – Projetos de Assentamento			
O EVTEA não sinalizou a existência de projetos de assentamento, assim como não foram identificados registros na base de Projetos de Assentamento do Acervo Fundiário do INCRA.			
Desapropriação			
Para o lote em questão, não foram identificados imóveis urbanos. No entanto, apesar de não terem sido identificados quantitativos de imóveis urbanos a desapropriar neste momento, a necessidade de desapropriação poderá ser detectada em fases posteriores. Sobre os imóveis rurais, foram estimadas 34 unidades.			
Reassentamento			
Caso haja ocupações irregulares da faixa de domínio existente, ressalta-se a necessidade da elaboração do projeto de reassentamento em fases posteriores, haja vista que a metodologia de elaboração do Caderno de Empreendimentos não contempla tal temática.			

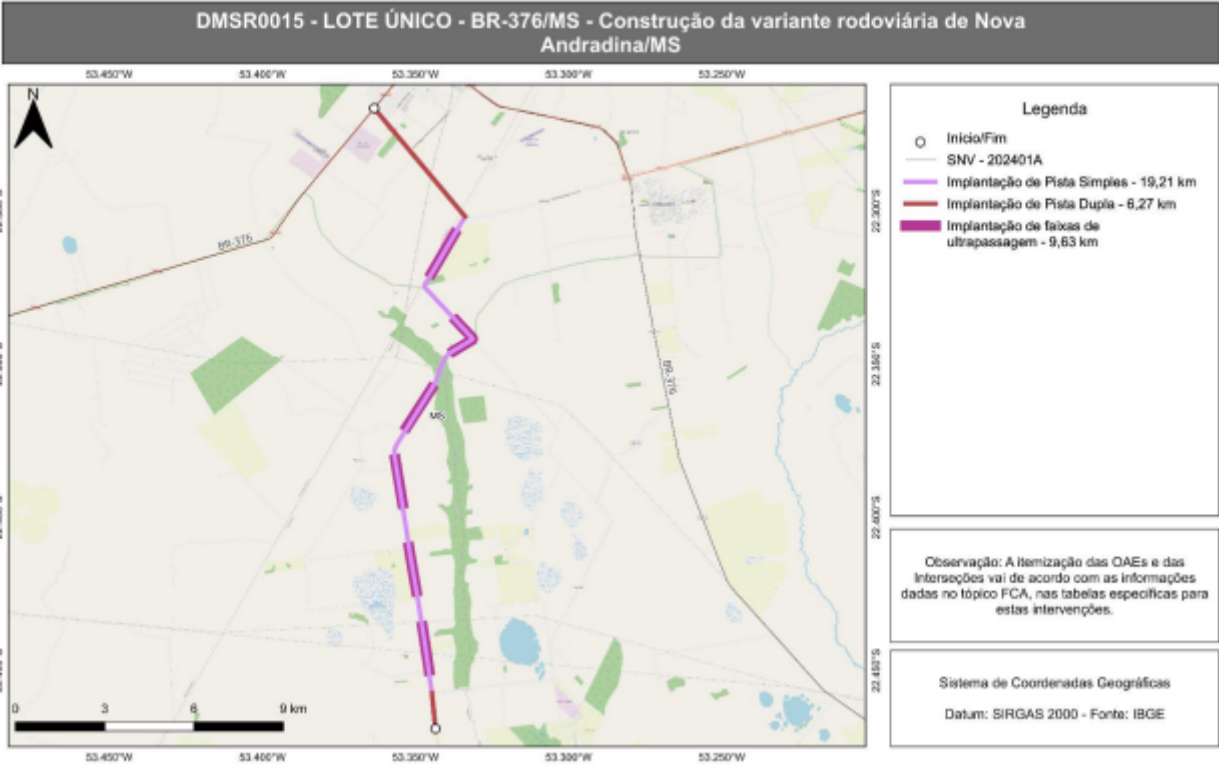
Fonte: Elaboração própria – Prosul, 2024.



Quadro 20: Lote Único – BR-376/MS – DMSR0015¹⁰

Rodovia/UF		Extensão SNV	Extensão EVTEA
BR-376/MS		24,49 km	25,47 km
SNV Inicial (202404A)	SNV Final (202404A)	km Inicial	km Final
376BMS0100	376BMS0110	174,80	199,29
Tipo de Intervenção			
Adequação de capacidade e melhoria da segurança, implantação de Obras de Arte Especiais (OAEs) e interseções, conforme descrito a seguir:			
Variante Rodoviária da BR-376/MS (Nova Andradina/MS)			
<ul style="list-style-type: none">• Implantação de 19,21 quilômetros de pista simples;• Implantação de 6,27 quilômetros de pista dupla;• Implantação de 9,63 quilômetros de faixa de ultrapassagem;			
Federalização			
Necessário federalizar o trecho da rodovia estadual MS-473, do km 69,97 (SRE 473EMS0700) ao km 57,80 (SRE 473EMS0508), e da rodovia estadual MS-276 (SRE 276EMS1543), que possuem coincidência com o traçado planejado da variante. Ressalta-se a necessidade de a Superintendência Regional Estadual verificar as coordenadas de início e fim do trecho em comento.			
Alienação			
Considerando a alteração da diretriz planejada da BR-376/MS, verifica-se a pertinência de transferir a administração do trecho do km 172,10 ao km 174,80 (SNV 376BMS0094), que se encontra pavimentado, ou alterar para acesso da BR-376/MS.			
Alteração de SNV			
Necessário adequar a geometria do traçado planejado da BR-376/MS, do km 174,80 (SNV 376BMS0100) ao km 199,29 (SNV 376BMS0110) à nova diretriz de traçado planejado. Ademais, deve ser realizada a atualização futura da classificação da superfície do trecho, que passará de planejada para pavimentada (PAV) após a conclusão das obras da variante.			
Uso e Ocupação do Solo - Projetos de Assentamento			
O EVTEA não sinalizou a existência de projetos de assentamento, assim como não foram identificados registros na base de Projetos de Assentamento do Acervo Fundiário do INCRA.			
Desapropriação			
Para o lote em questão, não foram identificados imóveis urbanos. No entanto, apesar de não terem sido identificados quantitativos de imóveis urbanos a desapropriar neste momento, a necessidade de desapropriação poderá ser detectada em fases posteriores. Sobre os imóveis rurais, foram estimadas 91 unidades.			
Reassentamento			
Foram identificados imóveis urbanos nos limites da faixa de domínio do projeto. Sendo assim, caso essa informação seja validada, ressalta-se a necessidade da elaboração de projeto de reassentamento em fases posteriores, haja vista que a metodologia de elaboração do Caderno de Empreendimentos não contempla tal temática.			

Fonte: Elaboração própria – Prosul, 2024.



Extensões aproximadas do projeto:	
Duplicação	6,27 km
Restauração com adequação de capacidade	19,21 km
Implantação	32,42 km

Adequação das 6 interseções(a implantar e existentes):

Proximo a Nova Ponte de Divisa PR/MS	274746.00 m E /7486692.00 m S
Taquarussu	258910.00 m E / 7513186.00 m S
Interseção existente	259900.00 m E / 7527498.00 m S
Interseção existente	258221.00 m E / 7529329.00 m S
Interseção existente	259563.00 m E / 7531907.00 m S
Interseção existente	256464.00 m E / 7535753.00 m S

Já a lista de obras-de-arte especiais inicialmente previstas , a serem restauradas e Implantadas está na tabela a seguir:

ITEM	OAE´s	Extensão (m)	Largura (m)	Área (m²)
n.º	Cadastro			
1	A ser projetada(estimado-EVTEA)	200	12,80	2560
2	Existente(258812.00 m E/7526345.00 m S)	30		

.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE** empresa para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para as Obras de Implantação e Pavimentação da variante de traçado da BR-376/MS, **no Estado do Mato Grosso do Sul**.a cargo do DNIT, sob a coordenação da Superintendência Regional do Estado de Mato Grosso do Sul, cujos dados são apresentados abaixo:

- Lotes do Projeto Básico de Engenharia a serem licitados:

Rodovia:	BR-376/MS
Trecho:	Entr BR-163 (P/ Dourados) - Entr MS-134(B) (Div MS/SP) (Porto Primavera)
Subtrecho:	Entr MS-134(A)/274/473 (Nova Andradina) - Entr MS-134(B) (Div MS/SP) (Porto Primavera)
Segmento SNV:	Km 174,80 - km 232,70;
Extensão SNV	57,9 km
Código do SNV (Versão SNV: 202410A):	376BMS0100; 376BMS0115.

Lotes EVTEA	COORDENADAS
INICIO DMSR 14	274948.00 m E / 7486463.00 m S
FIM DMSR14	258884.00 m E / 7513397.00 m S
INICIO DMSR 15	258884.00 m E / 7513397.00 m S
FIM DMSR15	256464.00 m E / 7535753.00 m S

5.2 **Participação de consórcios: Sim limitado à composição de três empresas**, Nos termos do artigo 15 da Lei nº 14.133, a decisão acerca da vedação de participação de consórcios deve ser justificada. Na presente contratação, **é permitida** a participação de consórcios, atendendo aos critérios do Edital, com intuito de reforço de capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, ensejando ainda a participação de maior número de empresas, possibilitando a participação de empresas regionais com aumento na competitividade.

5.3 A modalidade de licitação será de concorrência.

5.4 Modo de disputa: Fechado. De acordo com § 2º do Art 56 da Lei nº 14.133 informa:

5.5 O critério de julgamento da licitação será técnica e preço. De acordo com o do Art. 36 Inciso I da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

5.6 O regime a ser adotado Empreitada por Preço Global.

5.7 Os preços unitários a serem utilizados nos orçamentos referenciais foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020.

5.8 A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte ocorrerá de acordo com o Art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 147/2014, em face do valor a ser contratado, de não ser permitida a subcontratação e por não se tratar de aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

5.9 Não se trata de um serviço contínuo.

5.10 O prazo de execução contratual estimado é de 12(doze) meses

6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRAT. ANUAL

6.1 A contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do DNIT em conformidade com a Portaria do DNIT de nº 6.292, de 03 de dezembro de 2018.

6.2 A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual DNIT/2025 - identificador da futura contratação - 393010-49/2025.

7. Levantamento de Mercado

7.1 O levantamento de mercado acompanha o Orçamento Referencial do referido Termo de Referência.

7.2 Como já exposto nos itens I e III (v), a solução exclusiva para a licitação em tela é a contratação de empresa de engenharia especializada para a elaboração de projeto básico e executivo de engenharia;

7.3 É dispensada a necessidade de audiência pública, tanto pelo valor quanto pela baixa complexidade do objeto.

8. Descrição da solução como um todo

8.1 **CONTRATAÇÃO DE** empresa para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para as Obras de Implantação e Pavimentação da variante de traçado da BR-376/MS, com extensão aproximada de 57,90 km, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.**

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O método para a estimativa das quantidades a serem contratadas utilizou como referência:

- Para fonte de insumos, a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT atualizada segundo índice apresentado pela Fundação Getúlio Vargas utilizando-se como mês de referência de ABR/25, disponível no endereço <https://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-1> ;
- Para adoção de custos para diárias, tem-se como parâmetro os valores estabelecidos no Decreto nº 6.907 de 21 de julho de 2009 e Decreto nº 5.992 de 19 de dezembro de 2006, os quais dispõem sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional;
- Para a estimativa de custos de passagens aéreas, utilizou-se cotação de mercado realizada em um arco temporal determinado adotando-se circunstâncias variadas objetivando-se obter elevada aproximação com os preços praticados pelo mercado em situação real.

Não há necessidade de aquisição de materiais específicos cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.381.888,44

10.1 Os levantamentos de quantitativos foram realizados segundo definições do DNIT, e precificados conforme item 4.

10.2 As memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte constam no processo nº 50619.001218/2025-58

- Valor **Orçamento:** R\$ 5.381.888,44(Cinco milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) com data de referência de out/2025.

RESUMO DE ORÇAMENTO - LOTE ÚNICO		
ITEM	TOTAL	PORCENTAGEM DO TOTAL
Mobilização de Equipe - 5% da Etapa dos Estudos Preliminares	R\$ 114.244,10	2,12%
Entrega de Relatório de Planejamento de Atividades - 10% da Etapa de Estudos Preliminares	R\$ 228.488,20	4,25%
Estudos de Tráfego	R\$ 69.557,94	1,29%
Estudo de Concepção e Traçado	R\$ 88.670,86	1,65%
Estudos Topográficos, interferências e cadastramento de OAE/OAC	R\$ 436.329,97	8,11%
Estudos Geotécnicos	R\$ 1.075.863,24	19,99%
Estudos Geológicos	R\$ 104.768,39	1,95%
Estudos Hidrológicos	R\$ 154.511,53	2,87%
Caracterização Funcional/Estrutural do Pavimento	R\$ 126.508,57	2,35%
Relatório Preliminar de Avaliação Ambiental	R\$ 228.671,50	4,25%
Entrega de Relatório de Estudos Preliminares - 85% da Etapa	R\$ 1.942.149,69	36,09%
Projeto Geométrico/Interseções	R\$ 387.225,03	7,19%
Projeto de Terraplenagem	R\$ 191.422,97	3,56%
Projeto de Drenagem e OAC	R\$ 291.302,03	5,41%
Projeto de Pavimentação	R\$ 374.142,90	6,95%
Projeto de Passarelas	R\$ -	0,00%
Projetos de OAEs (Pontes, Viadutos e Túneis)	R\$ 741.776,40	13,78%
Projetos de Contenções	R\$ 34.840,43	0,65%
Projeto de Obras Complementares	R\$ 123.255,36	2,29%
Projeto de Sinalização e Segurança Viária	R\$ 76.098,84	1,41%
Relatório Básico e		

Relatório Final de Avaliação Ambiental e Paisagismo	R\$	419.445,66	7,79%
Projeto de Iluminação	R\$	76.098,84	1,41%
Estudos sobre Ocupações Irregulares de Faixas de Domínio e Áreas Não Edificantes das Vias Federais	R\$	71.643,50	1,33%
Projeto Básico de Desapropriação	R\$	175.575,70	3,26%
Orçamento e Plano de Execução da Obra	R\$	134.178,78	2,49%
Entrega de Projetos Básicos (55%) Projeto Básico de Desapropriação (100%) Estudo das desapropriações irregulares(100%)	R\$	1.772.747,82	32,94%
Entrega de Minuta de Projetos Executivos (25%)	R\$	720.056,70	13,38%
Entrega da Versão Final dos Projetos Executivos (20%)	R\$	604.201,93	11,23%
TOTAL	R\$	5.381.888,44	100,00%
Data -base	out/25		

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 Opta-se pelo não parcelamento (ou divisão) do objeto da contratação em função do tamanho do mesmo. Desta forma, a execução das atividades do projeto deverá ser realizada por única empresa ou consórcio, como forma de garantir a compatibilização das soluções técnicas adotadas no desenvolvimento dos projetos

11.Conforme IN 05/MPOG/2017, Art. 24, § 1º, Inciso VIII:
Para a contratação em tela, cujo objeto é a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia rodoviário, não enxerga-se viabilidade técnica, econômica e competitiva, quanto a necessidade de divisão do objeto da licitação em lotes.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Esta contratação não está diretamente ligada a outra contratação em planejamento ou execução, não havendo relação de interdependência.

12.2 Considerando a alteração com a nova Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e sua obrigatoriedade a partir de 2024, ainda são poucas as contratações nesta modalidade de concorrência com critério de julgamento de técnica e preço.

12.3 Contudo esta modalidade e critérios de julgamentos devem serem adotados segundo a Lei n. 14.133 e no endereço eletrônico referente à licitações do DNIT (<http://www1.dnit.gov.br/editais/consulta/editais2.asp>) é possível verificar algumas contratações de elaboração de projetos básicos/executivos, neste modelo de contratação.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

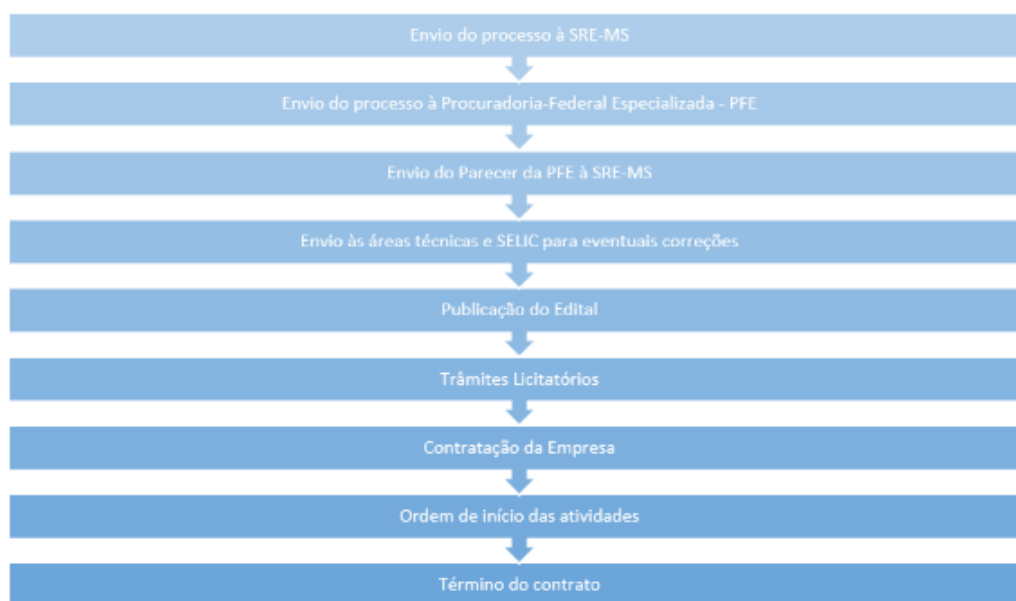
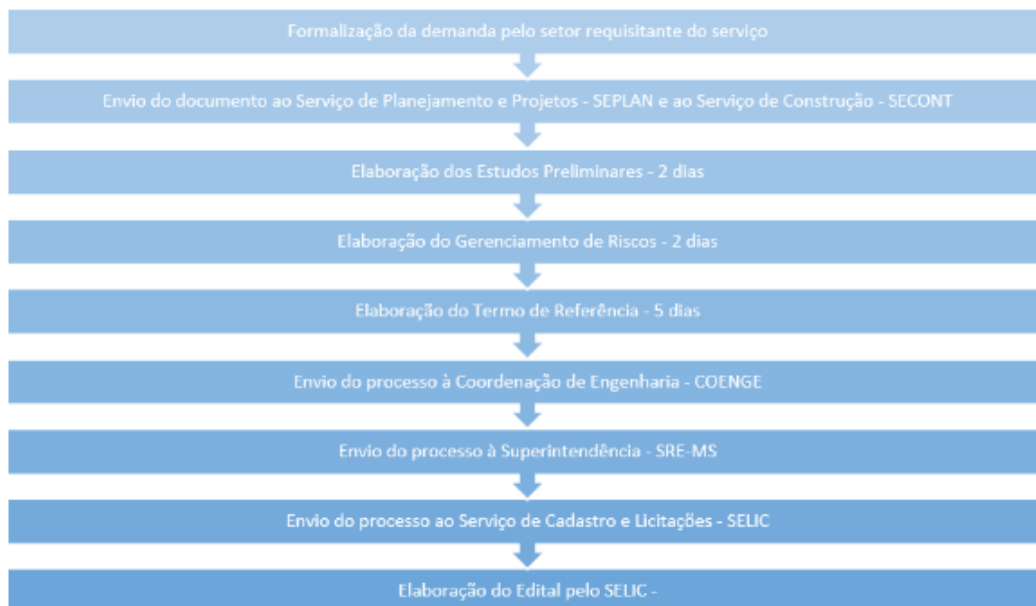
A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual DNIT/2025 - identificador da futura contratação - 393010-49/2025.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Declaro que a contratação é necessária e viável, considerando a missão institucional do DNIT e sua obrigação legal de implantação, restauração, adequação de capacidade e manutenção das rodovias, além da viabilidade financeira, uma vez que estão garantidos na LOA/2025 os recursos necessários.

15. Providências a serem Adotadas

O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:



16. Possíveis Impactos Ambientais

De acordo com a IN 05/MPOG/2017, Anexo III, item 3.3, alínea c)

A Contratada deverá executar os serviços respeitando os critérios de sustentabilidade ambiental, visando atender a legislação vigente, em especial à Instrução Normativa MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, indicados abaixo:

- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont;
- Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios; Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
- Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
- Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento; Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos

seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI’s necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

- Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
- Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- Atendimento às Instruções de Serviços / Normativas do DNIT, principalmente a Instrução Normativa nº 61/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021, a qual dispõe sobre a Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC) e determina, em rol exemplificativo, as especificações, critérios e procedimentos ambientais a serem atendidos;
- Atendimento às Instruções de Serviços e Instruções Normativas vigentes do DNIT.
- Atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Agosto/2021), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio www.gov.br/agu/ptbr/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro que a contratação é necessária e viável, considerando a missão institucional do DNIT e sua obrigação legal de implantação, restauração, adequação de capacidade e manutenção das rodovias, além

JOSUE TERRA SERRA

Chefe do Serviço de Construção Rodoviária



Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 17:35:04.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Declaro que a contratação é necessária e viável, considerando a missão institucional do DNIT e sua obrigação legal de implantação, restauração, adequação de capacidade e manutenção das rodovias, além da viabilidade financeira, uma vez que estão garantidos na LOA/2025 os recursos necessários.